



Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Álcool do Município de São Paulo - COMUDA

Ata de Reunião Ordinária realiza em 03 de junho de 2025

Conselheiros Presentes:

1. Alexandre de Souza e Castro Araujo (FACES e Vozes da Recuperação no Brasil / Vice - Presidente)
2. Márcia Helena Matsushita (Secretaria Municipal de Educação)
3. Nilson Rosa (Secretaria Municipal de Segurança Urbana)
4. Michel Willian de Castro Marques (Plataforma Brasileira de Política de Drogas – PBPD / Secretário Executivo)
5. Tatiane Vitoria R. N. Maia (Secretaria Municipal de Cultura)
6. Ricardo Moura (Secretaria de Governo Municipal)
7. Wagner Laguna (Secretaria Municipal de Saúde)
8. Sérgio Yukio Tomimasu (Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania)
9. Laura Sahm Shdaior (Representante da Sociedade Civil - Conselho Estadual de Drogas)
10. Filipe Aburaya Yamaki (PRAD)
11. Carolina Jéssica da Silva Salado (CREFITO)
12. Beatriz Olioni (Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social)
13. Mariana Borgheresi Duarte (Representante do Poder Público - Conselho Estadual de Drogas)
14. Cesar Augusto Agaras Pardini Garcia (Conselho Regional de Serviço Social - CRESS/SP)
15. Danilo Polverini Locatelli (Núcleo de Pesquisa em Saúde e Uso de Substâncias - NEPSIS)



Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Álcool do Município de São Paulo - COMUDA

DISCUSSÃO

1. Abertura

Às 14:20 do dia 03 do mês de junho do ano de 2025, teve início no auditório da Secretaria Municipal de Direitos Humanos Cidadania, Rua Líbero Badaró, 119 - Sé, São Paulo - SP, com a presença de 15 conselheiros, alcançando o quórum mínimo de um terço da totalidade dos conselheiros, estabelecidas no Artº 3 do Regimento Interno a reunião do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas e Álcool - COMUDA.

Item 1: Informes.

Item 2: Pautas:

1. Ações para o fortalecimento da RAPS - Rede de atenção Psicossocial.
2. Ações de prevenção ao uso abusivo de álcool e outras drogas - Cronograma de implantação.
3. Esclarecimentos sobre a situação da Cena Aberta de Uso da Rua.

A conselheira Marcia apresentou o Núcleo Intersecretarial Saúde na Escola (NISE/COCEU) e trouxe um panorama dos programas federais de prevenção ao uso de drogas implementados na Rede Municipal de Educação de São Paulo. Após um período de suspensão entre 2017 e 2023, os programas foram retomados a partir de um Acordo de Cooperação Técnica firmado entre SME, SMS, SENAD e SEPE, com lançamento oficial em dezembro de 2024. Em 2025, a implementação avançou com formações em cascata, formadores das DREs, facilitadores (professores) e apoiadores (gestores e profissionais de saúde), abrangendo os dois principais programas: o **#Tamojunto 3ª edição**, voltado a adolescentes do 8º ano, e o **Elos - Construindo Coletivos**, direcionado ao público infantil. No primeiro grupo do #Tamojunto, 79 professores foram formados em 53 escolas, com impacto estimado em cerca de 4.870 estudantes; o segundo grupo projetou a expansão para 260 professores e 11.700 estudantes nas 13 Diretorias Regionais de Educação.

A apresentação também destacou a dimensão intersetorial da iniciativa, com a SMS mobilizando 180 profissionais de saúde, incluindo equipes de UBSs, CAPS e coordenadorias regionais, para atuar como apoiadores dos programas nas escolas. Chamou atenção ainda o projeto *Sou Adolescente e Agora?*, que propõe rodas de conversa com os estudantes sobre temas como uso de substâncias psicoativas, sexualidade e violência em relacionamentos, contando com parcerias de instituições como o ICESP/HC e a UnB. A base técnica dos programas apoia-se em evidências internacionais, como o Currículo Europeu de Prevenção (EUPC) e diretrizes da UNODC, com dados de efetividade que indicam reduções significativas na



Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Álcool do Município de São Paulo - COMUDA

probabilidade de uso prejudicial de álcool, tabaco e outras drogas entre os públicos-alvo.

O Conselheiro Nilson apresentou O GEPAD que foi instituído pela Prefeitura de São Paulo, por meio da Guarda Civil Metropolitana, em 26 de junho de 1994. Seu foco é a prevenção do uso de drogas pelo público infantojuvenil, com atuação principalmente em escolas, por meio de palestras socioeducacionais direcionadas a alunos, pais e professores. O programa foi formalizado como política pública municipal pela Lei nº 16.867, o que consolidou seu reconhecimento institucional. Atualmente, o GEPAD opera por meio de três núcleos distribuídos pela capital: GEPAD Leste, GEPAD Oeste e GEPAD Sul. Entre suas principais contribuições estão: o fortalecimento da rede de proteção à criança e ao adolescente; a melhoria das relações entre a GCM e a comunidade escolar; a formação de multiplicadores; o encaminhamento de usuários de álcool e outras drogas para ações socioeducativas; e a aplicação dos princípios da Polícia Comunitária como elo entre o poder público e a sociedade.

Foi destacada a importância de evidências científicas para avaliação de programas. Citou estudo realizado sobre o PROERD (Programa de Prevenção ao Uso de Drogas): após quatro anos, comparação entre alunos que participaram e os que não participaram do programa não revelou diferença estatisticamente significativa no que diz respeito ao uso de drogas. Salientou que isso não desqualifica a ação, mas aponta para a necessidade de avaliação rigorosa e contínua. Propôs que o Conselho busque articulação com a SENAD e outras esferas para qualificar a avaliação das iniciativas, reforçando que, sem evidência, corre-se o risco de investir na segregação em vez de na prevenção. O Conselheiro Nilson argumenta que a prevenção é, por natureza, de difícil mensuração, seu início e término são imprecisos. Durante a discussão reforça-se que discursos alarmistas sobre drogas ('droga mata' - discurso dos anos 80...) perderam credibilidade junto ao público jovem, sendo necessária uma abordagem científica e baseada em fatos para recuperar legitimidade junto às novas gerações.

Houve debate sobre o perfil deliberativo vs. consultivo do COMUDA. Conselheiros ressaltaram que o papel do órgão é indicar caminhos ao município, e não apenas ser informado. Questionou-se se o Conselho tem aberto espaço para diferentes perspectivas sobre prevenção, para além da visão policial/securitária, incluindo pontos de vista da saúde pública, educação, direito e ciências sociais.

Foi destacada a necessidade de o Conselho posicionar-se com clareza frente ao poder público, especialmente diante dos eventos no centro de São Paulo envolvendo a Guarda Municipal e a dispersão da população em situação de rua.

Municípios e conselheiros presentes apresentaram um conjunto de críticas e demandas concretas sobre a execução dos programas, com destaque para o distanciamento entre o desenho original das políticas e sua aplicação nos territórios.



Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Alcool do Município de São Paulo - COMUDA

Em relação ao Programa Reencontro, foi apontado que o programa, concebido originalmente como de baixa exigência para facilitar o acesso de pessoas em situação de vulnerabilidade, tem operado na prática como um "balcão de imprevisibilidade". As cobranças impostas aos participantes desconsideram as subjetividades e as histórias de vida dos sujeitos atendidos, pessoas com marcas profundas de exclusão social, tratando-os como se fossem profissionais com Carteira Internacional de Habilitação (CID), com exigências incompatíveis com sua realidade. Quando encaminhados ao mercado de trabalho, são direcionados a subempregos e ocupações subalternizadas, em contradição com a proposta de inclusão que orienta o programa.

Foi também questionada a ausência de representantes das organizações que administram o programa na reunião, impedindo o esclarecimento das demandas apresentadas, situação já sinalizada em reuniões anteriores do COMUDA, sem resposta.

Sobre a cobertura territorial, o relato foi enfático: a Zona Norte de São Paulo concentra indicadores gravíssimos, altos índices de mortalidade, homicídios, disparos de arma de fogo e grande concentração de pessoas em situação de vulnerabilidade, e o programa não tem chegado a esse território de forma adequada. Foi mencionado especificamente o bairro de Santana, de onde a população em situação de rua tem sido progressivamente empurrada para as periferias, agravando o processo de espalhamento e desestruturação social. Os conselheiros questionaram onde estão os núcleos ("POT") que deveriam ter sido implantados nesses territórios, sem obter resposta.

Quanto ao Auxílio Moradia, foi relatado que o programa foi apresentado ao Conselho com destaque e promessas, mas que na ponta não tem alcançado a população. Os beneficiários relatam enfrentar burocracia excessiva, dificuldade em encontrar imóveis disponíveis e situações de violência ao tentar acessar o benefício ou percorrer a cidade em busca de moradia. A lógica imposta coloca os beneficiários em posição de buscar sozinhos, sem suporte adequado, reforçando a vulnerabilidade que o programa deveria mitigar.

Os conselheiros reiteraram a necessidade de que esses indicadores apareçam nas apresentações futuras do governo ao COMUDA, e que as organizações gestoras dos programas compareçam às reuniões para prestar contas diretamente.

Foram levantadas perguntas sem resposta: quantas pessoas estão sendo atendidas? Cadê os 'potes' que deveriam ser implantados nos territórios?

Foi apresentada como sugestão de encaminhamento convidar, para reuniões futuras, representantes de diferentes perspectivas para ampliar o debate sobre prevenção, incluindo profissionais e organizações das áreas de saúde, educação,



Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Alcool do Município de São Paulo - COMUDA

direito, assistência social e movimentos de usuários, bem como buscar articulação com a SENAD e outras esferas governamentais com vistas a qualificar a avaliação científica dos programas municipais de prevenção ao uso de drogas.

Conselheiros da sociedade civil expressam insatisfação com o formato das reuniões, indicando que três das pautas foram propostas pelo vice-presidente sem discussão com o Conselho que tem sido instrumentalizado para encobrir a ausência de debate sobre temas urgentes, como:

1. O que está acontecendo no centro de São Paulo com a dispersão da população em situação de rua;
2. A governabilidade interna do Conselho;
3. A participação popular e o processo de vacância após exoneração da presidenta eleita e exonerada pela municipalidade.

Foi feita denúncia de que representantes do governo não prestaram explicações sobre questões fundamentais como a publicação da ata da reunião extraordinária de abril/e que o Conselho tem funcionado a favor do status quo, em detrimento da fiscalização e do controle social. e de publicização de parecer da PGM

Participantes municipais ressaltam a importância da participação dos usuários na construção da política pública de drogas. Destacam que, sem a participação ativa dos usuários, o Conselho e as políticas não existiriam na forma atual. Sinalizou a necessidade de que as deliberações do Conselho sejam comunicadas a outras instâncias e entidades representativas. Que é necessária a divulgação das reuniões para a participação das pessoas. Avaliar a criação de grupo de comunicação (WhatsApp ou outro canal) para difusão de informações entre reuniões e discutir a governabilidade interna do Conselho e os processos de vacância de forma prioritária.

Esclarecimentos sobre a situação da Cena Aberta de Uso da Rua - A apresentação foi introduzida com alguma tensão interna na reunião: conselheiros questionaram se o governo estaria utilizando a fala da Luiza como estratégia para ocupar a pauta e desviar o debate das críticas à política de drogas no centro de São Paulo. Após breve impasse, prevaleceu a decisão de ouvi-la, garantindo o registro.

Luiza, representante do Programa Redenção, apresentou um panorama das ações desenvolvidas na Cena Aberta de Uso da região central, com dados referentes ao período de janeiro a abril de 2025, organizados em sete eixos de atuação. Os dados de maio, explicou, têm um delay de divulgação que são compilados até o décimo dia do mês seguinte, após consolidação pela Secretaria.

Para qualificar o atendimento, foi constituído um grupo de casos complexos, identificado a partir de critérios de vulnerabilidade desenvolvidos conjuntamente com o Consultório na Rua e o SEAS. Os critérios incluíam: ser criança ou



Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Álcool do Município de São Paulo - COMUDA

adolescente, pessoa idosa, mulher, pessoa trans, gestante, pessoa com tuberculose ou ISTs, pessoa com deficiência, comorbidades, recusa constante de abordagem ou histórico de múltiplos encaminhamentos sem adesão. O grupo iniciou com 126 pessoas e chegou a 222 casos ao longo dos meses, conforme novos casos complexos foram identificados. O perfil predominante era masculino, com comorbidades de tuberculose e ISTs, além de acompanhamento especial ao grupo de gestantes, adolescentes e idosos. Na última semana monitorada (2 a 8 de maio), 38 pessoas estiveram presentes ao menos uma vez na cena aberta de uso. Dentro desse grupo, foram identificados os chamados "permanentes desafiadores", pessoas que permaneciam na cena aberta todos os dias de forma consentida, totalizando 13 pessoas. Os dados apresentados também incluíram gráficos de série histórica de 2024 e 2025, com registro de pico no fim de fevereiro, padrão considerado habitual, seguido de queda a partir de março. Foi mencionado ainda o acompanhamento do público noturno, identificado como distinto do diurno e com metodologia de contagem própria. Um ponto de destaque foi o reconhecimento de que as mulheres representavam proporção crescente dos casos mais vulneráveis, com menor saída da cena aberta ao longo do tempo. A equipe identificou que fatores como violência de parceiros íntimos e relacionamentos abusivos impediam o acesso dessas mulheres às equipes de abordagem. Foi apontada que a integração entre o CAPS AD 4, o Consultório na Rua e o SEAS foi determinante para a qualificação dos encaminhamentos. A presença simultânea da saúde e da assistência social nas abordagens permitiu atender demandas que vão além da saúde imediata como acesso a vagas em núcleos de convivência, documentação e outros direitos. Também foram realizados encontros de integração entre equipes para discussão do guia de ofertas e fluxos de encaminhamento.

Luiza encerrou sinalizando os principais desafios em curso:

- Garantir a integração das equipes nos territórios para além da região central;
- Expansão e qualificação de serviços nos demais territórios do município, a partir de levantamento conjunto das Secretarias de Assistência e Saúde;
- Reordenamento dos serviços existentes, verificando adequação do perfil dos usuários às modalidades de atendimento disponíveis;
- Implementação de sistemas de informação capazes de registrar toda a jornada do cidadão dentro da Prefeitura, garantindo longitudinalidade do cuidado.

Em discussão foi apontado que a apresentação funcionou, na prática, como uma apresentação de ações do programa, sem enfrentar o debate político em torno da operação de remoção, da violação de direitos fundamentais e do espalhamento dessa população para territórios periféricos sem estrutura de suporte. Que as interações e violações que culminam no espalhamento das pessoas não funcionou.



Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Álcool do Município de São Paulo - COMUDA

Foi deliberado que há a necessidade de Incluir em pauta futura o acompanhamento da política de drogas no centro de São Paulo, com presença de representantes do governo para prestação de contas.

Reunião foi encerrada às 17:30